

Trabajo ganador de Mención al premio Pablo Rispo en la categoría Investigación en el VIII Congreso Latinoamericano de Psicoterapia Existencial  
Lima, Perú.

# **ENTRE A LIBERDADE E A MORALIDADE NA ONTOLOGIA FENOMENOLOGICA DE JEAN PAUL SARTRE: ESBOZOS PARA UMA PSICOLOGIA NORMATIVA?**

**Carolina Freire de Araújo Dhein**  
Río de Janeiro, Brasil

## **Resumo**

Este estudo tem como proposta discutir a noção de liberdade, presente na ontologia fenomenológica de Jean-Paul Sartre, articulada à noção moral, e suas implicações para a psicologia fenomenológico-existencial, que se pretende crítica ao olhar determinante e normativo da existência. A psicologia existencial apoia-se no primado da existência sobre a essência. No pensamento de Sartre, tal primado converte-se na noção de liberdade constitutiva, tomada como fundamentação da realidade humana, o que implica, portanto, em não partir de determinações morais prévias acerca do modo de ser do homem e de seus projetos existenciais. Desse modo, pensar os sofrimentos existenciais à luz da psicologia fenomenológico-existencial, é não partir de encaminhamentos moralizantes e prescritivos. Neste trabalho, problematizar-se-á o desafio de pensar a noção de liberdade em Sartre, sem que se recaia ou na formalização de um ideal a se alcançar, tomada pelo imperativo da autenticidade, ou no seu estatuto nulo, o relativismo absoluto.

## **Palavras-Chaves**

Sartre, Liberdade, Moral, Psicologia Existencial.

## **Abstract**

This study aims to discuss the notion of freedom according to the phenomenological ontology of Jean-Paul Sartre, articulated to the moral conduct and its implications in the phenomenological-existential psychology, with the intention to be critical to the determinant and normative views of existence. Existential psychology relies on the primacy of existence over essence. In Sartre's view, such primacy becomes the concept of constitutive freedom, based on the foundation of human reality, which therefore

implies in not taking into account previous moral determinations about man's ways of reasoning and his existential projects. Thus, to think of existential suffering in the light of phenomenological-existential psychology should not be based on moralizing and prescriptive referrals/statements. In this work, the focus will be on the challenge of thinking about the Sartre's notion of freedom without relapsing either in the formalization of an ideal to be reached, claimed by the imperative of authenticity, or in the null status defined by the absolute relativism.

## **Keywords**

Sartre, Freedom, Morals, Existential Psychology.

## **Introdução**

O interesse por parte da psicologia em dialogar com um pensamento de origem filosófica, especificamente o pensamento de Jean-Paul Sartre, nasce a partir de uma problematização com a tradição hegemônica e vigente desta disciplina, no que tange suas teorias e práticas como forma de compreensão do existir humano. Em seu campo de constituição, a psicologia é convocada a todo o momento a legitimar seu objeto de estudo – o homem – a partir da própria divergência da noção de subjetividade, presente no embate das correntes empiristas ou idealistas, herdadas da filosofia moderna e ainda presentes no cenário de constituição das perspectivas psicológicas. Podemos pensar que a problemática que se circunscreve a partir dessa apropriação dicotômica da existência humana e suas relações com o mundo, são as reduções que priorizam aspectos facetados da existência, desconsiderando a complexidade mesma do existir em sua totalidade. Disso decorem que os constructos teóricos, na medida em partem da constituição da subjetividade, seja a priori ou a posteriori, procuram edificar uma verdade acerca da

mesma, mostrando-se moralizantes e normativos, uma vez que partem de noções previamente definidas e procuram adequar, por meio de seus métodos, um lugar previamente dado a se chegar.

É, então, a partir desse cenário que vemos surgir movimentos que procuram colocar em questão os modelos reducionistas como forma de investigação em psicologia. Movimentos esses que situam-se num campo fronteiriço, na medida em que buscam edificar-se em outras bases, dialogando com outros campos de saber, no caso em questão, a filosofia. Nesse sentido, a psicologia de base fenomenológico-existencial, há muito vem procurando constituir-se como tentativa de ruptura com esse modelo dicotômico, na medida em que procura pensar homem e mundo como co-origenários.

O pensamento do filósofo francês Jean-Paul Sartre, especificamente, encontra-se presente como fundamentação na articulação entre as noções de sua ontologia fenomenológica e a psicologia fenomenológico-existencial. Partindo da noção de intencionalidade da consciência, em que esta se define e se esgota na relação a um objeto transcendente, Sartre pôde romper com as visões materialistas ou idealistas acerca da subjetividade. O homem não sendo dotado de nenhum caráter pré-determinado, é intencional, é livre movimento de constituição de sentido. A noção de liberdade em Sartre é, portanto, radical e não diz respeito a uma propriedade que se têm ou se conquista. É sim, o nosso próprio modo de ser, a partir do qual estamos condenados a jamais encontrar bases explicativas que justifiquem a existência.

Debitárias da condenação à liberdade, as noções de escolha, angústia, responsabilidade, má-fé e projeto fundamental, são temas que contornam o pensamento sartriano em sua descrição das condutas humanas. A articulação dessas noções, que indicam o caráter indeterminado da existência, se apresenta como possibilidade para a constituição de uma psicologia que tenha como proposta pensar o homem em sua concretude existencial e deslocar-se das perspectivas teóricas e dicotômicas que partem de noção de homem como interioridade psíquica ou como produto condicionado do mundo que o circunscreve, partindo estas, portanto, de constructos aprioristicamente dados que atuam como balizadores normativos.

Entretanto, o pensamento de Sartre, na medida em que está apoiado na concepção de liberdade como absoluta indeterminação, e que esta condição mesma nos torna responsáveis pelos valores que elegemos no mundo, o indicativo para se pensar em uma moral se torna fortemente presente. A possibilidade de edificação de uma moral em Sartre recai sobre a insustentabilidade de qualquer princípio determinante ou causalista das escolhas humanas. Não obstante, a direção ético-moral de uma existência que se escolhe perpetuamente parece claramente indicar que não estamos falando de uma moral amparada em valores universais. Crítica, inclusive fortemente defendida por Sartre (2010) em sua conferência o Existencialismo é um Humanismo.

Conforme já indicado por alguns pensadores do campo da filosofia, como Mészáros (2012), Pfeil

(2008), Borheim (2007), Silva (2004), dentre outros, a questão que daí decorre se desvela pelo caráter normativo da apropriação dessa condição indeterminada das escolhas humanas, ou seja, o imperativo do que poderíamos chamar de uma assunção reflexiva da liberdade que somos, da assunção da responsabilidade de nosso existir. Seria, portanto, pelo reconhecimento de que é por cada um de nós que os valores existem, que poderíamos chamar de uma existência plena ou autêntica?

Entretanto, aqui facilmente podemos recair em um impasse. Se o valor é expressão da liberdade existencial, recaímos na gratuidade e contingência da existência, na medida em que nenhuma determinação externa justifica a escolha desse ou daquele modo de ser. Nesse sentido não cabe, então, falarmos de qualquer idealidade normativa, que apresenta-se como *devendo* ser de determinado modo. A ontologia fenomenológica de Sartre, especificamente desenvolvida no Ser e o Nada, abre a possibilidade de uma interpretação dúbia, uma vez que a absoluta liberdade se caracteriza pela incontornável escolha do existir, escolha essa injustificável e gratuita a priori, mas que precisa, ao mesmo tempo, assumir a responsabilidade de seu existir.

Com base nessa problemática, podemos lançar as seguintes reflexões: Os valores sendo expressões da indeterminação do existir podem ser tomados como normativos a partir de uma psicologia de base sartriana? Os sofrimentos existenciais seriam próprios do modo de ser de cada homem, na medida em que são escolhas de si mesmos? Ou os sofrimentos seriam projetos de sentidos malogrados? Se assim forem, existe um projeto fundamental correto, ou melhor, saudável? E qual seria o papel da psicologia? Extinguir os sofrimentos pela “adequação” dos projetos? Se sim, não estaríamos ainda assentados num terreno normativo e corretivo? Como podemos pensar a existência como liberdade e ao mesmo tempo uma psicologia que não seja normativa, ou seja, que não se determine como caminho para uma idealização previamente dada?

Certo é que tais problematizações não parecem novas aos críticos da obra de Sartre situados no terreno da filosofia. Entretanto, a questão que se configura como problemática norteadora deste trabalho diz respeito ao modo como se pode fazer uma articulação destas noções desenvolvidas por Sartre, em *O Ser e o Nada*, com a questão da normatividade pelo modo como tais noções podem ser apropriadas pelo projeto de uma psicologia que se pretenda crítica aos modelos teóricos que primam por um caráter corretivo e normativo da existência. Embora a apropriação da filosofia sartriana à psicologia já encontre expoentes expressivos, a problematização de seus impasses ontológicos e, conseqüentemente, existenciais, parece estar ainda por se investigar.

## Liberdade, Psicanálise Existencial e Moral: Esboços Normativos?

Pensar o homem como liberdade significa dizer que nada justifica sua existência e o obriga a escolher e escolher-se perpetuamente, a partir dos contornos fáticos que o cercam. Daí a ideia de condenação defendida por Sartre (2001) nas páginas do *Ser e o Nada*. O homem é livre para escolher, mas não pode escolher não ser livre. Sua nidade substancial o obriga a ser senão nada além daquilo que ele fizer dele. Poder-se-ia, no entanto, pensar que em algum plano a liberdade encontraria obstáculos, mas Sartre sustenta seu caráter absoluto, porém não abstrato, afirmando que mesmo aquilo que poderia apresentar-se como adverso à liberdade, tal como as características biológicas, econômicas ou sociais, são ainda desveladas a partir do sentido da livre apropriação humana. Ser livre é, portanto, realizar escolhas, e no exercício mesmo dessa liberdade, o homem se define pelos fins que persegue. E seja qual for este fim, ele será sempre indicativo de uma escolha original que faz de si mesmo enquanto existente no mundo. O Homem, não possuindo nenhum caráter pré-determinado, só pode ser compreendido a partir do sentido existencial que se desvela em sua existência mesma, ou seja, por meio de suas escolhas concretas, nas condições fáticas que o contorna.

O encadeamento dessas noções que compõem a filosofia fenomenológico-existencial de Sartre oferecem-se como fundamento para sua psicanálise existencial. Formulada como uma crítica à psicanálise freudiana, Sartre procura deslocar-se das noções explicativas como forma de dar conta do psiquismo humano. O objetivo principal de sua psicanálise é a elucidação do projeto de sentido de cada homem singular, ou seja, a escolha que cada homem faz de si mesmo, na medida em que sendo indeterminação absoluta, está condenado a escolher e escolher-se no mundo. Em outras palavras, a Psicanálise Existencial é uma descrição moral, na medida em que desvela a significação ideal das condutas humanas.

Diretamente articulada à noção de projeto encontra-se a noção do valor em Sartre, pois a ausência de sentido aprioristicamente dado é o que fundamenta o valor como expressão do livre posicionamento do homem frente à facticidade que o contorna. Segundo Sartre (2001), o homem é o ser dos valores, é pelo homem que o valor existe no mundo, e não ao contrário, como se os códigos de ética, as leis ou os guias de conduta existissem em sua objetividade plena. Entretanto, Sartre nos adverte que é assim, de forma objetiva, que na maioria das vezes lidamos com o valor. Mergulhados na angústia de saber-mo-nos responsáveis pela escolha que somos, podemos, inclusive, escolher enganar-mo-nos de nossa condição originária, elegendo-nos como determinados a partir de múltiplas justificativas. Esse engano que exercemos como disfarce da própria liberdade que somos, Sartre chamou de *Má-fé*. Vale ressaltar que a expressão não diz respeito a uma conotação de desvio moral, mas sim uma conduta própria da existência. Pela *má-fé*, o homem dissimula a condição

originária de sustentação da indeterminação existencial que o obriga a escolher-se no mundo e orienta-se como se os valores pertencessem a um mundo objetivo.

A partir do exposto, nossas reflexões nos conduzem a problematizar o aspecto da moralidade em Sartre. O próprio Sartre, na ocasião das páginas finais de *O Ser e o Nada*, nos convida a pensar no desdobramento moral de seu pensamento, indicando a promessa de uma obra posterior sobre o assunto. Vale ressaltar que apenas fragmentos incompletos desta obra foram publicados postumamente, deixando tais implicações em aberto.

Na medida em que Sartre (2001, p. 83) afirma que “minha liberdade é o único fundamento dos valores e nada, absolutamente nada, justifica minha adoção dessa ou daquela escala de valores”, coloca em cena o caráter gratuito e não causalista das condutas humanas. Em uma pequena nota de rodapé endossa que

Embora seja indiferente ser de boa ou má-fé, porque a má-fé alcança a boa-fé e desliza pela própria origem de seu projeto, não significa que possa se escapar radicalmente da má-fé. Mas isso pressupõe uma reassunção do ser detriorado por si mesmo, reassunção que denominaremos autenticidade (...) (Sartre, 2001, p.118)

Podemos indagar sobre a normatização da assunção dessa liberdade mesma. Se a autenticidade está diretamente relacionada ao reconhecimento da liberdade que somos, e se, ao mesmo tempo, Sartre nos anuncia a gratuidade do valor, na medida em que nada justifica a escolha de um valor em detrimento de outro, de que modo se pode atribuir uma moral à realidade humana que não seja ela mesma paradoxal? Melhor dizendo, amparado em quem a autenticidade deve ser tomada como normativa e imperativa do projeto de sentido da existência, se o próprio projeto é absolutamente livre?

Conforme sinalizado, a própria noção de liberdade e seus desdobramentos na análise da realidade humana, empreendida por Sartre no *Ser e o Nada*, possibilita apropriações ambíguas e paradoxais. Borheim (2007), analisando a questão da moral em Sartre, acena para tal impasse, na medida em que partindo do valor como criação da liberdade individual, recai na gratuidade da existência, não cabendo assim, qualquer idealidade normativa. Mészáros (2012), ao analisar o conjunto da obra de Sartre, argumenta que as metáforas utilizadas pelo filósofo apresentam uma conotação paradoxal, mas que anuncia o próprio problema ontológico da existência. Estou condenado a ser livre. Estou condenado a cada vez escolher-me enquanto liberdade. Condenação e liberdade, palavras com sentidos opostos, anunciam o caráter inexorável da responsabilidade existencial. Nesse âmbito, podemos identificar que o imperativo da existência é *dever* escolher e escolher-se. Debitário a esse imperativo, a noção de responsabilidade se apresenta como uma norma no sentido do reconhecimento da ausência de fundamento da existência humana. É o homem mesmo, por ser ele nada, que *deve* escolher, e escolhendo, inaugura um valor no mundo. “Os indicativos ontológicos de liberdade e

responsabilidade absolutas surgem na filosofia de Sartre sobre o signo do mais estrito dever e operam no sentido da mais severa contingência.” (Mészáros, 2012, p. 189).

Ao longo de grande parte do *O Ser e o Nada*, Sartre descreveu as condições de possibilidade para estabelecer uma investigação da realidade humana de forma concreta. O próprio pensador, inclusive, manteve um diálogo profícuo com a psicologia procurando lançar outras bases para compreender temáticas como a emoção, a imaginação e o Ego. Na quarta parte de sua obra filosófica mais expressiva – *O Ser e o Nada* – Sartre (2001) esboça seu método próprio de investigação psicológica: a Psicanálise Existencial. O papel de sua psicanálise seria, não a categorização de condutas e inclinações, mas sim a decifração de cada conduta. É preciso saber interrogá-las, diz ele, na contramão do caminho traçado pelas correntes psicológicas, que através dos comportamentos empíricos, buscaram alcançar teorias e esquemas universais de análise, tratando apenas de colecionar fatos, afastando-se do homem singular. A decifração do projeto de sentido, significa, ao mesmo tempo, trazer à luz o modo como cada pessoa se faz pessoa, para usar a expressão de Sartre. Isso é o mesmo que dizer que cada um deve apropriar-se do sentido fundamental de sua existência.

No entanto, conforme sinalizado por alguns teóricos no campo filosófico, o próprio pensamento de Sartre, mostra-se, em alguns momentos, paradoxais, podendo favorecer apropriações ambíguas, a partir das quais, poder-se-ia recair novamente em teorizações que já pré-dizem o modo ideal de ser, contornando o fazer da psicologia à luz desse ideal.

A radicalidade do dever escolher, sinalizado por Mészáros (2012), mostra-se, então, como imperativo no interior do pensamento sartriano. Desse modo, evidencia-se o caráter problemático para a psicologia de base sartriana, no sentido de assumir como tarefa a assunção da responsabilidade da escolha existencial que somos. Se a escolha é livre, a má-fé não seria também expressão da liberdade que somos? De onde se configura o imperativo de libertação da má-fé ou do alcance de uma existência autêntica? Na psicanálise existencial, como caminho de investigação do projeto de sentido, a assunção da responsabilidade de si pela superação da má-fé, torna-se uma tarefa. Nesse sentido, a psicologia que se apoia no pensamento de Sartre, poderia mostrar-se como normativa e moralizante, na medida em que assume previamente uma demarcação ideal a se chegar: a resolução da má-fé pela conquista da responsabilidade.

Tais problematizações se tornam, portanto, caras para a psicologia que se propõe a fundamentar-se pelo pensamento ontológico de Sartre, na medida em que assumem uma posição crítica aos modelos teóricos vigentes, mas podem, facilmente, recair numa posição normativa e imperativa, quando não procuram problematizar os desdobramentos dos fundamentos ontológicos nos quais se apoiam, como forma de estabelecerem uma articulação atenta aos propósitos que as inspiram. Dito de forma mais explícita, posicionar-se de forma crítica aos modelos que

primam por métodos explicativo-causais e/ou que partem de um caráter aprioristicamente dado do psiquismo, acarretando caminhos previamente estabelecidos de análises a partir um olhar normativo da existência, significa necessariamente atentar-se para a possibilidade de não recair na mesma seara, tomando a noção de má-fé como algo a ser extirpado ou mesmo na necessidade de alcançar uma autenticidade existencial. Será possível? É com base nessas problematizações que o presente trabalho se propõe a anunciar os impasses que se abrem na própria interpretação do pensamento sartriano e suas implicações na direção de um caminho para uma psicologia não normativa, na tentativa de pensar os sofrimentos existenciais, incluindo o fenômeno da má-fé, como uma livre apropriação da existência aberta ao mundo na qual se constitui.

## Considerações finais

O presente trabalho trouxe como proposta levantar algumas questões referentes à apropriação da psicologia por parte do pensamento filosófico de Sartre, especialmente no que tange ao problema da moral e da normatividade, que tangencia as teorias psicológicas de forma hegemônica. Por meio do exposto, podemos constatar o solo fértil dessa articulação do pensamento de Sartre à psicologia. Tal como apontado anteriormente, a possibilidade de lançar outras bases para a compreensão dos fenômenos existenciais, que se desloque de uma lógica dicotômica, se deve especialmente à condição originária e absoluta da liberdade que somos. Podemos constatar como Sartre procura romper com os modelos deterministas presentes na psicologia. Pensar a existência em precedência à essência significa que não podemos recorrer às explicações de causalidade de nenhuma ordem.

Vou emergindo sozinho, e na angústia frente ao projeto único e inicial que constitui meu ser, todas as barreiras, todos os parapeitos desabam, nadificados pela consciência de minha liberdade (...) eu decido sozinho, injustificável e sem desculpas.

(Sartre, 2001 p. 84).

No entanto, romper com as relações de causalidade e determinismos seja de ordem psíquica ou social e devolver ao homem a liberdade como constituição da existência, pode-nos facilmente levarmos a um subjetivismo de tal ordem que, é somente pelo homem que os projetos de mundo se constituem. O homem é o único responsável pela sua existência. O impasse se situa na fronteira do pensamento filosófico de Sartre com a psicologia, na medida em que essa encarregaria-se, portanto, em devolver ao homem sua responsabilidade. Assim, os sofrimentos existenciais, podem então facilmente ser tomados como desvios de tal projeto, na medida em que o imperativo torna-se a apropriação da condição de liberdade que nos contorna. Pensarmos os sofrimentos como desvios do projeto de sentido, pode, então, assumir um caráter normativo?

Não temos a pretensão de esgotar tais reflexões, ao contrário, procuramos mantê-las vivas, no convite à tarefa de resguardarmos o exercício do pensamento. Compreendemos que o diálogo profícuo da psicologia com a filosofia de base fenomenológica-existencial, expressa-se juntamente pela resistência às teorizações acerca dos sofrimentos existenciais, tomando, na maior parte das vezes, caminhos diretos, amparados por uma interpretação moralizante, característico do modo de ser de nosso horizonte histórico. Escolhemos, portanto, finalizar resguardando uma pergunta: Como podemos pensar a existência como liberdade e ao mesmo tempo uma psicologia que não seja normativa, ou seja, que não se determine como caminho para uma idealização previamente dada? A resposta parece evidente: a liberdade é antagônica a qualquer norma. Mas na medida em que a assunção da condição da liberdade seja um imperativo, já estamos situados num terreno normativo. O convite à reflexão, portanto, permanece vivo.

## Referências

- BORHEIM, G. (2007). *Sartre*. São Paulo: Perspectiva.  
 COHEN-SOLAL, A. (2008). *Sartre*. Uma biografia. Porto Alegre: L&PM.  
 MÉSZÁROS, I. (2012). *A obra de Sartre*. Busca da liberdade e desafio da história. São Paulo: Bointempo.

- PFEIL, L.C. (2008). A Moral em Sartre: uma porta para o impossível? In: CESAR, C. M; BULCÃO, M. (Org). *Sartre e seus contemporâneos*. Aparecida: Ideias & Letras.  
 SARTRE, J. P. (2001). *O ser e nada*. Petrópolis: Vozes.  
 SARTRE, J. P. (2012). *O Existencialismo é um humanismo*. Petrópolis: Vozes.  
 SILVA, F. L. (2004). *Ética e literatura em Sartre*. Ensaios Introdutórios. São Paulo: Editora Unesp.

## Curriculum

Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em psicologia também pela UERJ. Especialista em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia Fenomenológico Existencial do Rio de Janeiro (IFEN). Graduada pela PUC-Rio. Membro pesquisadora do CNPQ no grupo de Fundamentos Fenomenológico-Existenciais de diferentes práticas em psicologia (UERJ) e do grupo Psicoterapia, fenomenologia e sociedade (UFC). Professora e orientadora do IFEN. Atua como psicóloga clínica na perspectiva Fenomenológica-Existencial.

Email de contacto: [carolinadhein@hotmail.com](mailto:carolinadhein@hotmail.com)

Fecha de entrega: 8/6/16

Fecha de aceptación: 1/8/16

